

1

**CIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SABESP**

CGC Nº 43.776.517/0001-80

ESCRITURA PARTICULAR DE SEGUNDA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, ESCRITURAIS NOMINATIVAS, EMITIDA PELA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, GARANTIDAS POR CAUÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS, SÉRIE ÚNICA.

I. EMISSORA: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, com sede em São Paulo, Capital, à rua Costa Carvalho nº 300, inscrita no CGC/MF sob nº 43.776.517/0001-80, neste ato legalmente representada pelos abaixo assinados.

II. AGENTE FIDUCIÁRIO e assim doravante designado, SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA, com sede em São Paulo, Capital à Rua Emilio de Menezes nº 38, inscrita no CGC/MF nº 50.657.675/0001-86, neste ato legalmente representada pelo abaixo assinado.

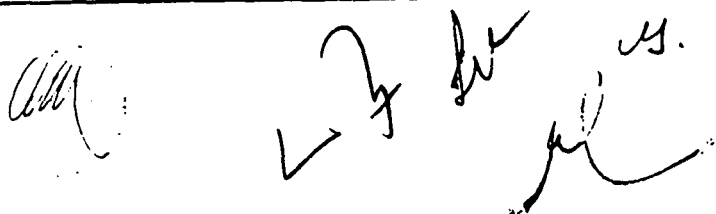
As partes retro qualificadas e abaixo assinadas, por este instrumento particular, **EMITEM** a presente **ESCRITURA DE SEGUNDA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, ESCRITURAIS NOMINATIVAS, GARANTIDAS POR CAUÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS, SÉRIE ÚNICA.**

1. ASSEMBLÉIA GERAL DE APROVAÇÃO DE EMISSÃO: Esta Segunda Emissão Pública de Debêntures, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária da Emissora e Reunião do Conselho de Administração, realizadas, respectivamente em 04/08/94, 08/09/94 e 31/10/1994 devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 113.793/94-7, 139.881/94-3 e 169.274/94-9, em sessões de 11/08/94, 22/09/94 e 10/11/94. Publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, e Gazeta Mercantil nas edições de 13/08/94, 15/08/94, 24/09/94, 26/09/94 e 11/11/94.

2. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos captados com a colocação da presente emissão de Debêntures destinar-se-ão ao financiamento dos investimentos da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.

3. VALOR E QUANTIDADE DA EMISSÃO: O valor total desta segunda emissão, no dia 1 de setembro de 1994, é de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), representados por 20.000 (vinte mil) Debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na data de sua emissão em uma única Série.

3.1. A negociação da presente emissão de Debêntures, será efetivada por colocação pública, no Mercado de Balcão e registrada para negociação no mercado secundário, através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP Central de Custódia Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.



4. FORMA E ESPÉCIE: As Debêntures desta Segunda Emissão são nominativas e escriturais, não conversíveis em ações da Emissora, com garantia real constituída por Caução de Direitos Creditórios decorrentes de Contratos de Fornecimento de Água e Captação de Esgotos, nos termos consignados no Anexo I, parte integrante e complementar da presente Escritura, como se nela estivesse integralmente transcrito.

5. DATA DA EMISSÃO: 1 de setembro de 1994.

6. VENCIMENTO: O vencimento das Debêntures desta segunda emissão ocorrerá em 30/04/98.

6.1. AMORTIZAÇÕES PARCIAIS: Todas as Debêntures em circulação e decorrentes desta Segunda Emissão serão amortizadas com base no valor nominal de cada Debênture em circulação, corrigida de acordo com o critério estabelecido no item 7 (seguinte), acrescido dos rendimentos constantes do item 8, conforme cronograma abaixo e nos seguintes percentuais vencíveis no último dia útil de cada um dos meses abaixo referidos:

AMORTIZAÇÕES

<u>MÊS/ANO</u>	<u>PERCENTUAL (%)</u>
1 ^o MAI/97	15,0
2 ^o JUL/97	2,5
3 ^o AGO/97	15,0
4 ^o SET/97	2,5
5 ^o OUT/97	15,0
6 ^o NOV/97	15,0
7 ^o JAN/98	2,5
8 ^o FEV/98	15,0
9 ^o MAR/98	2,5
10 ^o ABR/98	15,0
TOTAL	100%

7. FATOR DE ATUALIZAÇÃO: As Debêntures terão seu valor nominal atualizado monetariamente, de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor/Real (IPCr), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre o mês da respectiva atualização monetária e da data de emissão.

7.1. A atualização monetária de quaisquer obrigações a serem liquidadas em datas intermediárias, ou seja, cujas liquidações não ocorram no primeiro dia útil de cada mês, será efetuada mediante a aplicação do índice de variação do IPCr referente ao mês imediatamente anterior ao da atualização monetária, calculado exponencialmente pro-rata-temporis (base do mês do evento), a partir do primeiro dia do mês em que ocorrer a efetiva liquidação da obrigação.

7.2. Na hipótese de extinção do IPCr, ou, se pela superveniência de norma legal ou regulamentar, este não puder ser utilizado como índice de atualização monetária nas emissões de Debêntures, ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, passará a ser utilizado, em substituição: o Índice Geral de Preços do Mercado/Real (IGPM), ou o Índice Geral de Preços - coluna 2, disponibilidade interna, (IGP) ambos divulgados pela Fundação Getúlio Vargas, ainda, na falta deste, o Índice de Preços ao Consumidor - IPC, calculado pela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade São Paulo.

Handwritten signatures and initials:
 (Left) A stylized signature.
 (Middle) A large checkmark.
 (Right) A signature followed by the initials "us." and another signature.

7.3. Caso pela superveniência de norma legal ou regulamentar, nenhum dos índices acima mencionados possa ser utilizado, a companhia como Emissora das Debêntures e o Agente Fiduciário definirão, de comum acordo e por escrito, qual será o novo índice aplicável à atualização monetária.

8. REMUNERAÇÃO

8.1- Juros Remuneratórios: as Debêntures não farão jus a juros remuneratórios.

8.2- Prêmio: as Debêntures pagarão em eventuais resgates antecipados, nas datas da amortizações parciais programadas e no vencimento, a título de remuneração, um Prêmio que será constituído pelo produtório das taxas ANBID ou da TR, acrescido dos respectivos "SPREADS", dos dois o maior, desde a data da subscrição até a data da ocorrência de cada evento, conforme fórmula abaixo definida:

$$P = \{VN1 \times FA \times [FN \times (1 + S)^{n/360}] - VN2\} \times PA, \text{ onde;}$$

P = Prêmio, se positivo, a ser pago por Debênture, expresso em reais.

S = "spread", na forma decimal, sendo definido em 3,% (três por cento) ao ano para a taxa ANBID e 12% (doze por cento) ao ano para a TR (Taxa Referencial de juros) com base no ano comercial de 360 dias.

n = número de dias decorridos desde a data de subscrição até a data do vencimento ou da amortização parcial.

VN1 = valor nominal da Debênture corrigido desde a data de emissão até a data de subscrição.

VN2 = valor nominal da Debênture nas datas das amortizações parciais ou na data do vencimento.

PA = percentual de amortização conforme item 6.1.

FA = fator de ajuste do Valor Nominal, a ser considerado nas datas das amortizações parciais ou na data do vencimento, caso o IPCr não seja divulgado na data da subscrição ou nas datas das amortizações parciais.

$$FA = [(1 + IPCrAnt) / (1 + IPCrOfic)]^{n/N}$$

IPCrAnt = Variação do IPCr, na forma decimal, ocorrida no mês anterior à data da subscrição, caso não seja publicado.

IPCrOfic = Variação do IPCr, na forma decimal, ocorrida no mês da subscrição ou nos meses das amortizações parciais.

n = Número de dias decorridos desde o primeiro dia do mês até as datas das amortizações parciais ou a data da subscrição.

N = Número de dias do mês da subscrição ou das amortizações.

4

FN = é o produtório das taxas ANBID ou da TR a serem utilizadas no i-ésimo período de incidência de taxa de juros, ou seja, desde a data da subscrição até as datas das amortizações parciais ou a data do vencimento, conforme abaixo definido:

$$FN1 = [(1 + TAN1/100) \times (1 + TAN2/100) \times \dots \times (1 + TANi/100)], \text{ onde:}$$

TAN = É a resultante das taxas de Juros pós-fixada ou pré-fixada expressa em porcentagem para 360 (trezentos e sessenta) dias, referente ao i-ésimo "período de incidência da taxa de juros", utilizada para remunerar DEPÓSITO A PRAZO, praticado no mercado financeiro.

Essa taxa será obtida pela média aritmética, das taxas praticadas em 3 (três) dias, ou seja, no primeiro dia útil de cada período de incidência da taxa de juros, no primeiro dia útil imediatamente anterior e no primeiro dia útil imediatamente posterior ao período de incidência de taxa de juros, as quais serão informadas pela Associação Nacional de Bancos de Investimento - ANBID, devendo à taxa ser obtida pelo Agente Fiduciário junto àquela associação. Se ao menos 1 (uma) das referidas taxas for divulgada durante este período, esta será suficiente para expressar aquela que vigorará no referido período.

Na falta de divulgação pela ANBID das taxas dos (03) três dias acima citados, será utilizada a média aritmética das taxas de captação dos CERTIFICADOS DE DEPÓSITOS A PRAZO, pós-fixada ou pré-fixada para lotes de valor equivalente a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) corrigidos pela Taxa Referencial de Juros (TR) a partir da data da emissão, obtidas conforme amostragem acima, pelo Agente Fiduciário, junto as seguintes instituições a serem escolhidas, BANESPA, CITIBANK, ITAÚ, BRADESCO.

Se durante o período dos 03 (três) dias supra citados houver mudança no tipo de taxa mais negociada dos Certificados de Depósito a Prazo, isto é, pré ou pós-fixada, adotar-se-á, dentre as 03 (três) taxas, 02 (duas) taxas pré ou pós fixadas.

Caso sejam divulgadas apenas 02 (duas) taxas sendo uma pré e outra pós fixada, adotar-se-á a taxa do primeiro dia do "período de incidência da taxa de juros", em segunda opção, a taxa do primeiro dia útil imediatamente anterior ao dia de início do "período de incidência da taxa de juros".

Se em qualquer período a taxa de rendimento do depósito padrão for pós-fixada, do rendimento devido neste período será acrescida a variação do indexador que vier a compor a taxa ANBID.

Aplicar-se-á a Taxa ANBID pro-rata-temporis nos casos onde o seu prazo de remuneração não coincida com a data do pagamento do Prêmio ou vencimento do período.

Entende-se por "Período de Incidência de Taxa de Juros" o prazo em que a taxa ANBID remunera, sendo que, para contagem do prazo de cada "período" utilizar-se-á sempre o prazo definido pela taxa ANBID, referente ao dia do início de cada "Período de Incidência de Taxa de Juros", caso seja uma das taxas utilizadas para apuração da "TAN", sendo que caso não seja utilizada, utilizar-se-á o prazo contido na taxa imediatamente anterior à data de início do "Período de Incidência de Taxa de Juros", caso seja uma das taxas utilizadas para apuração da "TAN", e em ultima hipótese, o prazo contido na taxa imediatamente posterior à data de início do "período de Incidência de Taxa de Juros".

A taxa ANBID será apurada de acordo com as seguintes fórmulas:

[Handwritten signatures and initials follow]

$Taj = \{ [1 + (tax/100)]^{(dt/360)} \}^{(1/du)}$, onde

Tax = Taxa ANBID praticada a cada um dos dias definidos para apuração da Média Aritmética;

dt = Número de dias idêntico ao dos depósitos a prazo que apresentarem maior volume de captação;

du = Número de dias úteis existentes em dt.

$TAN = [(taj1 + taj2 + taj3)/3]^{dut}$, sendo

TAN = É a Taxa ANBID resultante da Média Aritmética.

Taj1 = Taxa ANBID referente ao primeiro dia útil do início do "Período de Incidência de Taxa de Juros";

Taj2 = Taxa ANBID referente ao dia útil imediatamente anterior ao primeiro dia útil do "Período de Incidência de Taxa de Juros";

Taj3 = Taxa ANBID referente ao dia útil imediatamente posterior ao primeiro dia útil do "Período de Incidência de Taxa de Juros".

dut = Número de dias úteis existentes no "período de Incidência de Taxa de Juros".

FN2 = Variação da TR desde a data da subscrição até as datas de amortizações parciais ou do vencimento. Adotar-se-á a TR "pro-rata-temporis" nos casos onde seu prazo de remuneração não coincida com as datas das amortizações parciais ou do vencimento das Debêntures.

8.3. Amortizações Parciais: O valor nominal corrigido das Debêntures, acrescido da remuneração constante deste item 8, será amortizado parcialmente conforme previsto no item 6.1., e a seguir descrito:

$AMn = (VN2 \times PA) + P$, onde

AMn = Amortização expressa em reais

VN2 = Valor nominal corrigido, na data da amortização ou do vencimento final da Debênture.

PA = Percentual de amortização, expresso na forma decimal conforme item 6.1.

P = Prêmio apurado conforme subitem 8.2.

9. SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

9.1- O preço de subscrição será o valor nominal unitário, atualizado monetariamente, conforme o item 7 desta Escritura, acrescido do Prêmio desde a data de início de subscrição até a data da efetiva subscrição.

9.2- O preço de subscrição das Debêntures será efetivado no ato da subscrição.

[Handwritten signatures and initials]

9.3- Não haverá direito de preferência para subscrição das debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

10. GARANTIA: Em garantia do integral pagamento de tudo quanto for devido pela Emissora por força das avenças constantes desta Escritura de Segunda Emissão de Debêntures, a Emissora neste ato, de forma irrevogável e irretroatável, nos termos do "**INSTRUMENTO DE CONTRATO PARTICULAR DE CESSÃO DE CRÉDITOS EM CAUÇÃO**", parte integrante desta Escritura, como se nela estivesse integralmente transcrito, cede e transfere os direitos creditórios de que é e será a titular decorrente de todos os contratos de fornecimento de água e captação de esgotos a unidades consumidoras já celebrados e que venham a sê-lo.

11. AQUISIÇÃO EXPONTÂNEA: A Emissora, a seu exclusivo critério, sem necessidade de divulgação ou sorteio, a qualquer tempo, poderá adquirir Debêntures desta emissão que lhes forem oferecidas por Debenturistas, pagando por essas Debêntures até o seu valor nominal corrigido, acrescido dos rendimentos a que fizerem jus à época da aquisição, as quais poderão a critério da Emissora, permanecer em tesouraria ou serem alienadas no mercado.

12. RESGATE ANTECIPADO: A Emissora poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, promover o resgate, total ou parcial, das Debêntures em circulação, emitidas por força desta escritura, observadas as seguintes regras:

a) será procedido por sorteio, na Bolsa de Valores de São Paulo, em qualquer dia da primeira quinzena do mês, devendo a Emissora, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, efetivar a comunicação aos Debenturistas nesse sentido, através de publicações na Gazeta Mercantil, informando quais as Debêntures sorteadas e o procedimento a ser utilizado para o respectivo pagamento;

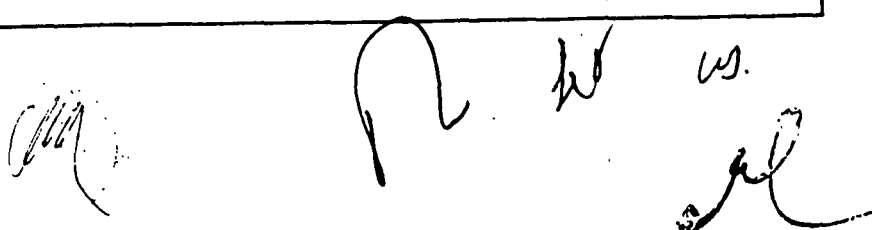
b) o pagamento será efetivado pela Emissora, sempre no primeiro dia de cada mês, correspondente ao sorteio realizado no mês imediatamente anterior, em dinheiro, na data fixada para o resgate, que corresponderá ao valor nominal da Debênture, corrigido conforme item 7 anterior, acrescido de eventuais remunerações pendentes, calculadas pro-rata-temporis;

c) o resgate antecipado aqui previsto só poderá ser efetivado após o resgate total das Debêntures em circulação da Primeira Emissão de Debêntures da Emissora.

13. ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS: Os titulares das Debêntures desta segunda emissão, poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Especial, a fim de deliberar sobre matéria de interesse de comunhão dos Debenturistas, as quais poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação, aplicando-se relativamente à mesma, no que couber, subsidiariamente, as mesmas normas de Assembléia Geral de Acionistas, disciplinadas na Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, observando-se, ademais:

a) serão instaladas, em primeira convocação com a presença de Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, deliberando por maioria de Debêntures representados;

b) o Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas;



c) cada **Debênture** dará direito a um voto;

d) as **Assembléias** serão presididas, pelo **Agente Fiduciário**, ou por um **Debenturista** escolhido entre os presentes.

13.1. Para alteração das condições da **Escritura** deverá haver um quórum de pelo menos 50% (cinquenta por cento) das **Debêntures** em circulação, nas **Assembléias** de **Debenturistas**.

14. OBRIGAÇÕES DA EMISSORA: A **Emissora** está adicionalmente obrigada a:

a) colocar à disposição do **Agente Fiduciário**, dentro de no máximo 90 (noventa) dias, após o término de cada exercício social, os demonstrativos financeiros completos, relativo a esse exercício social;

b) cumprir com todas as determinações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários, inclusive com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas, enviando ao **Agente Fiduciário** cópia das informações periódicas e outras que eventualmente exigidas pela CVM conforme Instrução 202;

c) espontaneamente prestar ao **Agente Fiduciário** qualquer informação relevante, relativa à presente Emissão e, ainda prestar qualquer informação disponível que venha a ser solicitada pelo mesmo;

d) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM, bem como proceder a adequada publicidade dos dados econômicos financeiros, promovendo suas publicações financeiras na forma determinada pela CVM;

e) manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos **Debenturistas** tendo em vista lhes assegurar o eficiente tratamento, ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;

f) praticar todos os atos necessários ou convenientes à efetivação, ao aperfeiçoamento e bem como à manutenção da garantia ora prestada, nos termos do item 10;

g) fornecer ao **Agente Fiduciário** relatório por escrito informando-o sobre a ocorrência de qualquer outro fato materialmente relevante nos termos de Instrução nº 31, de 08 de fevereiro de 1984, da Comissão de Valores Mobiliários;

h) não pagar dividendos, salvo o disposto no artigo 202, da lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento do principal atualizado monetariamente, e do prêmio, relativos às **Debêntures** objeto desta **Escritura**, cessando tal proibição, tão logo seja purgada a mora;

i) envidar todos os esforços junto ao **Agente Fiduciário**, rede arrecadadora, CETIP, **Agente Depositário** das **Debêntures** escriturais e/ou quaisquer outros, de forma a assegurar o perfeito funcionamento do disposto no Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos em Caução.

[Handwritten signatures and initials]

14.1. O descumprimento pela Emissora das obrigações previstas nesta cláusula, e se a falta não for reparada no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento de notificação por escrito pelo Agente Fiduciário, a dívida relativa às **Debêntures** será considerada vencida antecipadamente, independentemente de qualquer outro aviso, notificação ou interpelação, de caráter judicial ou extrajudicial nos termos do que vem estabelecido no item 21 adiante.

15. **PUBLICIDADE:** Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão e de interesse dos **Debenturistas** deverão ser, obrigatoriamente, comunicados a todos os **Debenturistas**, através de publicações efetivadas no Jornal "Gazeta Mercantil" - Edição Nacional.

16. **PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES:** Todos e quaisquer pagamentos das obrigações decorrentes desta emissão de **Debêntures** (em circulação) observadas as condições aqui avençadas, serão efetivados através do Sistema de Custódia e Liquidação de Títulos - CETIP, ou na Instituição Depositária de **Debêntures** Escriturais, e, na hipótese de o **Debenturista** não estar vinculado à esse sistema, na Tesouraria da Emissora, observando-se ainda:

a) a partir da data em que qualquer pagamento for colocado à disposição do debenturista, a Emissora não pagará qualquer acréscimo, a título de correção monetária, juros e outros encargos, cabendo única e exclusivamente ao **Debenturista** a responsabilidade pelo efetivo recebimento de tais valores;

b) considerar-se-á prorrogado, automaticamente o prazo de pagamento cujo vencimento coincidir com o dia que não houver expediente comercial bancário, hipótese que a obrigação vencerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

17. **AGENTE FIDUCIÁRIO:** O Agente Fiduciário, nomeado nesta Escritura e abaixo assinado, declara, sob as penas da Lei, para todos os fins e efeitos de direito que:

a) aceita a presente nomeação para, nos termos da Lei e da presente Escritura, representar a comunhão de **Debenturistas** desta segunda emissão, iniciando o exercício de suas funções a partir desta data, permanecendo nas mesmas até o nome de um sucessor, em eventual substituição, declarando ademais;

b) não ter qualquer impedimento legal que impeça ou restrinja a sua nomeação, na forma do que dispõe o parágrafo terceiro do artigo 66 da Lei 6.404/76;

c) aceita, integralmente, todos os termos da presente Escritura e demais disposições da legislação específica, obrigando-se a cumpri-las, e, ainda a:

c-1) proteger os direitos e interesses dos **Debenturistas**, empregando no exercício de suas funções o cuidado e a diligência que todo o homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;

c-2) elaborar o Relatório Anual, colocando-o a disposição dos **Debenturistas**, dentro dos quatro meses do encerramento do exercício social da Emissora, informando os fatos relevantes ocorridos durante o exercício social relativo a execução das obrigações assumidas pela Emissora, declarando sua aptidão, para continuar no exercício de suas funções, através de comunicação, por escrito e sob protocolo a todos os **Debenturistas**, e nessa impossibilidade, através de avisos publicado no jornal determinado como via de comunicação aos **Debenturistas**;

c-3) notificar aos **Debenturistas**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, qualquer inadimplemento pela **Emissora** das obrigações assumidas nesta Escritura, devendo essa comunicação ser efetivada, através de avisos publicados no jornal determinado como via de comunicação aos **Debenturistas**;

c-4) firmar, juntamente com a **Emissora**, qualquer aditivo, por instrumento público ou particular, a presente Escritura que tenha por finalidade propiciar o seu aperfeiçoamento e, bem assim, promover o competente registro caso a **Emissora** não o faça, sanando as lacunas e regularidades verificadas;

c-5) tomar todas as providências necessárias ou convenientes para que, a todo tempo, a garantia ora constituída se mantenha íntegra e exigível;

c-6) gerir os recursos provenientes da eventual execução da garantia ora prestada em proveito de todos os **Debenturistas**, ficando entendido ainda que, na eventualidade de se verificar insuficiência de recursos para o pagamento das **Debêntures**, os respectivos titulares receberão pagamentos parciais proporcionalmente ao montante de **Debêntures** que então detiverem;

c-7) solicitar, quando julgar necessário, e de forma fundamentada, a realização de Auditorias Externas extraordinárias na **Emissora**, bem como Certidões Atualizadas das Distribuições Cíveis, Fazenda Pública, Cartório de Protestos, Junta de Conciliação e Julgamento, etc.;

c-8) convocar, quando necessário, a Assembleia de **Debenturistas** mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a **Emissora** deve efetuar suas publicações e respeitar outras regras relacionadas à publicação constantes desta Escritura;

c-9) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os **Debenturistas** acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

c-10) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas das modificações nas condições das **Debêntures**;

c-11) elaborar relatório destinado aos **Debenturistas** nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da lei nº 6.404/76.

18. SUBSTITUIÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO: O **Agente Fiduciário** poderá, a qualquer tempo, ser substituído em suas funções, por deliberação da Assembleia dos **Debenturistas**. Na hipótese de não poder o **Agente Fiduciário** exercer suas funções por motivos supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente aos **Debenturistas**, pedindo sua substituição.

18.1. Na hipótese de substituição, retro referidas e ainda de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia dos **Debenturistas** para a escolha do novo **Agente Fiduciário**, a qual poderá ser convocada pelo próprio **Agente Fiduciário** a ser substituído, pela **Emissora**, por **Debenturistas** que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à **Emissora** efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto, provisório enquanto não se consumar o processo de escolha no novo **Agente Fiduciário**.

18.2. É facultado aos **Debenturistas**, após o encerramento do prazo para a distribuição das **Debêntures** no mercado, proceder à substituição do **Agente Fiduciário**, e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia especialmente convocada para esse fim.

18.3. A substituição do **Agente Fiduciário** fica sujeita a comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

18.4. A substituição, em caráter permanente, do **Agente Fiduciário** deverá ser objeto de aditamento nesta Escritura, devendo ser averbado no Registro de Imóveis competente.

19. RESPONSABILIDADE DO AGENTE FIDUCIÁRIO: O **Agente Fiduciário**, no exercício de suas funções, é responsável, civil e criminalmente, pelos prejuízos que causar, por culpa ou dolo, aos **Debenturistas**.

20. REMUNERAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO E REEMBOLSO DE DESPESAS:

20.1- O **Agente Fiduciário** receberá da Emissora, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta escritura a remuneração de R\$ 26.400,00 (Vinte e Seis Mil e Quatrocentos Reais) cujo pagamento será efetuado pela emissora em 15 (quinze) parcelas conforme condições de pagamento e revisão do preço a seguir, de acordo com a planilha de orçamento, o edital do convite nº 1.076/94, dossiê nº 94/0003.368, volume 1 e tomo 1.

20.1.1- A data de referência do preço global é 15/09/94.

20.1.2- No caso de substituição do **Agente Fiduciário**, serão efetuados os pagamentos, observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços.

20.2 Revisão de Preços.

20.2.1- Observadas as prescrições do artigo 28 da Medida Provisória 566 de 29/07/94, aplicar-se-á a este contrato, em periodicidade anual, revisão contratual de preços contada da "data de referência dos preços". A periodicidade anual poderá ser reduzida por ato do Poder Executivo.

O preço global constante do item 20.1, é à vista e será reajustado, de acordo com a fórmula a seguir:

$$Pr = P0 \frac{\left(\frac{IT1}{IT0} \right)^{\frac{nt}{mt}} \times \left(\frac{IB1}{IB0} \right)^{\frac{nb}{mb}}}{1}$$

Onde:

(Handwritten signatures and initials)

Pr = valor do preço revisado;

Po = preço original na "data de referência dos preços".

I = índice correspondente a coluna 39 - Serviço de Consultoria, publicado pela Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas - FGV.

ITi = índice I referente ao mês da data de revisão contratual de preços;

ITo = índice I referente ao mês imediatamente anterior ao da data de revisão contratual de preços;

IBI = índice I correspondente ao mês da "data de referência dos preços";

IBo = índice I correspondente ao mês imediatamente anterior ao da "data de referência de preços";

nt = quantidade de dias dentro do mês de revisão contratual de preços, desde o seu início até a data de revisão contratual de preços, inclusive;

mt = quantidade de dias existentes no mês de revisão contratual de preços;

nb = quantidade de dias dentro do mês da "data de referência dos preços", desde o seu início até a data de referência dos preços", inclusive;

mb = quantidade de dias existentes no mês da "data de referência dos preços".

20.2.2- O preço global será reajustado para mais ou para menos em consequência de suas variações:

20.2.2.1 A revisão contratual de preços será efetuada somente, com base em índices definitivos.

20.2.2.2- O pagamento do reajuste será efetuado no mesmo prazo do principal, observado o item 20.3.9.

20.2.2.3- O faturamento do principal deverá ser efetuado a preços iniciais, sem atualização monetária.

20.2.2.4- A atualização monetária será faturada juntamente o reajuste de preços, observadas as condições da Medida Provisória 635 de 27/09/94.

20.3- Faturamento e Pagamento:

20.3.1- Para efeito de pagamento, o Agente Fiduciário, encaminhará a Unidade da Emissora que administra os serviços FFC - Departamento de Captação de Recursos, situado na Rua Padre João Manuel, 755 - 12º andar - Cerqueira César - SP - Capital, a cópia da Nota Fiscal/Fatura para ser aprovada pela referida Unidade.

20.3.2- O Agente Fiduciário deverá, também apresentar a Nota Fiscal/Fatura na FFP - Departamento de Planejamento Financeiro, situado na Rua Padre João Manuel, 755 - 15º andar - Cerqueira César - SP - Capital, ato contínuo da aprovação da Nota Fiscal/Fatura referenciada no item 2.3.1 acima.

20.3.3- Os pagamentos serão efetuados pela Emissora no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação das faturas. As faturas serão apresentadas após decorridos cada um dos prazos das 15 (quinze) parcelas a seguir que serão contados da data desta Escritura a saber:

PERCENTUAL SOBRE O VALOR GLOBAL	PRAZO (dias)
16,0% (dezesseis por cento)	30
6,0% (seis por cento)	90
6,0% (seis por cento)	180
6,0% (seis por cento)	270
6,0% (seis por cento)	360
6,0% (seis por cento)	450
6,0% (seis por cento)	540
6,0% (seis por cento)	630
6,0% (seis por cento)	720
6,0% (seis por cento)	810
6,0% (seis por cento)	900
6,0% (seis por cento)	990
6,0% (seis por cento)	1080
6,0% (seis por cento)	1170
6,0% (seis por cento)	1260

20.3.3.1- As atualizações monetárias do preço à vista para pagamento no prazo definido no item 20.3.3, e por eventual extrapolação no prazo de pagamento desde que por responsabilidade da SABESP, estão suspensas nos termos da Medida Provisória 635 de 27/09/94, podendo ser liberadas por ato do Poder Executivo, observados as seguintes condições:

20.3.3.1.1- O preço à vista, será atualizado monetariamente para pagamento no prazo definido no item 20.3.3, pela variação da UFESP - Unidade Fiscal do Estado de São Paulo ou por outro índice que vier a ser indicado por legislação específica, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PA = Pr \times \frac{UFESP\ 1}{UFESP\ 2} \text{ onde:}$$

PA= Preço atualizado monetariamente para pagamento no vencimento contratual.

Pr= Preço à vista reajustado de acordo com o item 20.2.1.

UFESP 1= Valor da UFESP vigente na data final de cada período constante do item 20.3.3.

UFESP 2= Valor da UFESP vigente na data referente à tantos dias anteriores à data final de cada período constante do item 20.3.3, quantos representares o prazo definido no item 20.3.3-Caput.

20.3.3.1.2- Havendo extrapolação no prazo de pagamento, desde que por responsabilidade da SABESP, esta responderá pelo pagamento da atualização monetária devida, utilizando-se para sua atualização, a taxa de variação da UFESP - Unidade Fiscal do Estado de São Paulo, ou outro índice oficial que vier a ser indicado por legislação específica.

A atualização monetária será devida a partir do primeiro dia, inclusive, após o vencimento até a data do efetivo pagamento.

[Handwritten signatures and initials]

O pagamento da atualização monetária por atraso, será efetuado no prazo de 20 (vinte) dias contados a partir do primeiro dia após o pagamento em atraso.

O valor apurado no item 20.3.3.1.2 será acrescido da variação da UFESP entre o primeiro dia inclusive, após o pagamento em atraso e a data do referido pagamento ou outro índice oficial que vier a ser indicado por legislação específica.

Ocorrendo novo atraso, serão aplicadas as disposições elencadas acima.

20.3.3.2- Quando da revisão contratual de preços, o pagamento correspondente ao primeiro período de aferição após a revisão contratual de preços, poderá, provisoriamente, ser efetuados com base nos preços originais do contrato, caso não haja tempo hábil para operacionalização da revisão.

20.3.3.2.1- As diferenças decorrentes da revisão serão compensadas com faturamento complementar no caso de acréscimos ou glosas no próximo pagamento devido no caso de redução. Em se tratando do pagamento final, este somente será realizado após a revisão contratual de preços

20.3.3.2.2- O pagamento devido, de acordo com o item 20.3.3.2.1 anterior será processado em 30 (trinta) dias da publicação dos índices definitivos respeitadas as condições dos itens 20.3.9 e 20.3.9.1.

20.3.4- Por ocasião da apresentação à EMISSORA da Nota Fiscal/Fatura, o Agente Fiduciário deverá fazer prova do recolhimento dos Encargos Sociais, bem como de recolhimento do ISSQN através das cópias das Guias de Recolhimento, devidamente quitadas, relativas ao período de execução de serviços.

20.3.5- Se por ocasião da apresentação da Nota Fiscal/Fatura não houver decorrido prazo legal para recolhimento de Encargos Sociais, poderão ser apresentadas cópias das Guias de Recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a Agente Fiduciário apresentar a documentação devida, quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

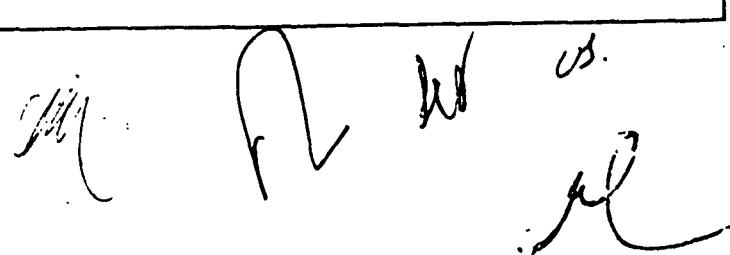
20.3.6- A não apresentação dos documentos referidos nos subitens 20.3.4 e 20.3.5, assegura à EMISSORA o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

20.3.7- Os pagamentos serão efetuados pela FFPC - Divisão de Contas a Pagar, situada na Rua Padre João Manuel, 755 - 15º andar - Cerqueira César - São Paulo - SP.

20.3.8- A Emissora poderá glosar, de faturas emitidas pelo Agente Fiduciário, valores apontados como indevidos pela Unidade da Emissora que administra os serviços objeto desta Escritura.

20.3.9- As faturas deverão ser entregues na Rua Padre João Manuel, 755 - térreo - Cerqueira César- SP Capital, Protocolo Geral, aos cuidados da FFPC - Divisão de Contas a Pagar, até o 5º dia subsequente aos das datas das parcelas definidas no item 20.3.3.

20.3.9.1- Caso o Agente Fiduciário não cumpra o prazo limite para a apresentação da fatura, de acordo com o item 20.3.4 anterior, o prazo para pagamento será postergado automaticamente na mesma quantidade de dias verificados na entrega da fatura em atraso.



20.3.10- A Emissora poderá descontar dos pagamentos das faturas, importâncias que, a qualquer título, lhe sejam devidas pelo **Agente Fiduciário** em razão desta ou de outros contratos celebrados entre a Emissora e o **Agente Fiduciário**.

20.3.11- Quaisquer títulos de cobrança emitidos pelo **Agente Fiduciário** contra a Emissora, não poderão ser negociados e deverão ser mantidos em carteira. A Emissora não será obrigada a efetuar pagamentos de títulos colocados em cobrança através de bancos.

20.3.12- O Decreto Estadual nº 31.361, de 04 de Abril de 1990, determina que todos os pagamentos processar-se-ão mediante crédito em conta-corrente em nome do **Agente Fiduciário**, no Banco do Estado de São Paulo S.A. - BANESPA ou na Nossa Caixa - Nosso Banco S.A. Para tanto, o **Agente Fiduciário** deverá manter conta-corrente em um destes Bancos, informando à Área Financeira da Emissora o respectivo número e agência.

21. DOS PROCEDIMENTOS DO AGENTE FIDUCIÁRIO EM CASO DE INADIMPLÊNCIA DA EMISSORA: O **Agente Fiduciário** usará dos procedimentos judiciais e extrajudiciais cabíveis e aplicáveis contra a Emissora, ou a terceiros, na defesa dos interesses da comunhão de **Debenturistas** e na realização de seus créditos, sendo-lhe especialmente facultado, no caso de inadimplemento da Emissora, declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes desta Escritura e exigir o resgate das **Debêntures** em circulação, acrescidas da correção monetária, juros e demais rendimentos a que fizerem jus à época, sendo essa declaração de vencimento efetivada por notificação extrajudicial à Emissora através de Cartório de Títulos e Documentos na ocorrência dos seguintes eventos:

a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, em valor individual mínimo correspondente a R\$ 2.000.000.00 (dois milhões de reais), atualizados monetariamente pela variação da TR (Taxa Referencial de Juros).

b) decretação da falência da Emissora;

c) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer das obrigações assumidas nesta Escritura, não sanadas no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação da mora que lhe for enviada pelo **Agente Fiduciário**, através de Cartório de Títulos e Documentos;

21.1. As despesas e custas judiciais e de sucumbência deverão ser providas pelos **Debenturistas**, e ressarcidas pela Emissora.

22. MECANISMO ALTERNATIVO DE PAGAMENTO APÓS O VENCIMENTO FINAL DAS DEBÊNTURES. Sem prejuízo do disposto no item 23 abaixo os valores vencidos e não pagos pela Emissora (resgate, prêmios, juros e multa), relativos as **Debêntures**, até as datas dos respectivos vencimentos, poderão ser utilizados pelos **Debenturistas**, a qualquer tempo, para pagamento de contas de fornecimento de água e captação de esgotos faturadas pela Emissora, mediante Dação em Pagamento, pelo **Debenturista** do crédito representado pela **Debênture**, contra o débito representado pela fatura de fornecimento de água e captação de esgotos, cobrada pela Emissora.

22.1. A Emissora obriga-se de forma irrevogável e irretroatável a manter em pleno funcionamento a partir desta data, independentemente do prazo de vigência dos Contratos de Suprimento, e enquanto não forem resgatadas todas as **Debêntures**, emitidas nos termos desta Escritura, o *Mecanismo Alternativo de Pagamento Após o Vencimento Final*, previsto neste item 22, comprometendo-se a celebrar todos os instrumentos necessários para tanto.

22.2. O cálculo diário do valor unitário das Debêntures e Prêmio vencidos, considerando principal, atualização monetária, prêmio, multa convencional e juros de mora, para fins de dação em pagamento, referente a todos os dias do mês, para utilização do Mecanismo Alternativo de Pagamento Após o Vencimento Final, será efetuado pelo Agente Depositário das Debêntures escriturais na data da divulgação do IPCr do mês anterior e informado, nessa mesma data à Emissora, e aos Bancos que compõe a rede arrecadadora em todo o Estado de São Paulo.

22.3. O cálculo diário a ser efetuado pelo Agente Depositário das Debêntures escriturais referido no item 22.2 supra, deverá conter obrigatoriamente, de forma destacada, a indicação da parcela correspondente ao Imposto de Renda e adicionais que eventualmente sejam devidos pelo debenturista. Tal parcela será descontada do valor total das Debêntures, do prêmio vencidos utilizados para dação em pagamento, de modo a permitir que a Emissora realize, após a utilização pelo Debenturista do *Mecanismo Alternativo de Pagamento Após o Vencimento Final*, o devido recolhimento do imposto de renda na fonte e adicionais, nos termos da lei. O disposto neste item 22.3 não se aplica às Instituições Financeiras, que não são tributadas na fonte nesse tipo de operação.

22.4. A Emissora, firmará os aditivos (se necessários) com os Agentes Arrecadadores (entre eles, os Bancos Bradesco, Itaú S.A. e Banespa), pelos quais obrigar-se-ão a aceitar, sem ressalvas, o pagamento de contas de fornecimento de água e captação de esgotos nos seus respectivos caixas, mediante utilização do mecanismo de dação em pagamento descrito no item 22.1 supra. Cópias dos eventuais aditamentos ficarão à disposição dos Debenturistas, com o Agente Fiduciário, após a sua formalização. Não obstante, a Emissora declare, neste ato, estar pronta a efetuar, com a mesma finalidade, aditamentos aos contratos firmados com todos os bancos integrantes da rede arrecadadora que desejarem participar do mecanismo aqui previsto, nos termos da Minuta de Aditivo que se encontra à disposição com o Agente Fiduciário.

22.5. Na hipótese do valor das Debêntures e/ou juros de mora, multa e prêmio não ser suficiente para pagamento do valor total das contas de fornecimento de água e captação de esgotos, o Debenturista deverá efetuar o pagamento da diferença em moeda corrente nacional ou cheque.

22.6. Por outro lado, no caso do valor da Debênture e/ou juros de mora, multa e prêmio ser superior ao valor total das contas de fornecimento de água e captação de esgotos, o Debenturista não poderá efetuar a utilização do mecanismo descrito no item 22.

22.7. Caso decidam utilizar as Debêntures para dação em pagamento, os Debenturistas comunicarão à Emissora e ao Agente Fiduciário, por escrito, para que estes não efetuem a liquidação de tais obrigações em moeda corrente.

22.8. A Emissora obriga-se a cumprir o disposto neste item 22 de forma irrevogável e irretratável e qualquer tempo, outorgando aos Debenturistas que futuramente efetuarem o pagamento das contas de fornecimento de água e captação de esgotos mediante dação em pagamento, desde já, a mais ampla, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação, para mais nada reclamarem, seja a que título for, para todos os fins de direito.

22.9. As Debêntures recebidas pela Emissora, como dação em pagamento, dos Debenturistas serão imediatamente canceladas.

Handwritten signatures and initials:
am, N, luf, us.
A large stylized signature is also present below the text.

23. JUROS E MULTA CONVENCIONAL: A falta de pagamento e/ou cumprimento de qualquer das obrigações constantes desta Escritura constituirá à Emissora em mora, de pleno direito, sem necessidade de aviso, notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial, incorrendo na pena de pagamento ao titular da Debênture de correção monetária, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês "pró-rata temporis", incidentes sobre o valor em atraso e contados desde a data do vencimento da obrigação e da multa pecuniária, compensatória e irredutível de 10% (dez por cento) sobre o débito em atraso. Se o vencimento da obrigação se verificar em dia que não houver expediente comercial ou bancário, o seu vencimento ocorrerá, no primeiro dia útil, imediatamente seguinte, não incidindo qualquer acréscimo sobre os valores a serem pagos.

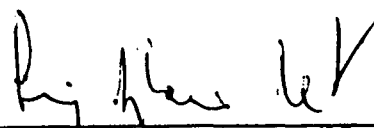
24. NOVAÇÃO E RENÚNCIA: O não exercício de quaisquer procedimentos previstos nesta Escritura não constituirá novação e nem renúncia de quaisquer direitos dela decorrentes.

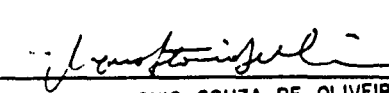
25. FORO: Elegem as partes o foro da Comarca de São Paulo, como competente para dirimir as dúvidas decorrentes desta, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

26. REGISTRO: Fica autorizado o Senhor Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo a efetuar os registros e averbações que se fizerem necessários ao aperfeiçoamento da presente Escritura.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente ESCRITURA, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo, a tudo presentes.


São Paulo, 11 de novembro de 1994.

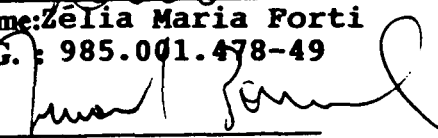

 LUIZ APPOLONIO NETO
 PRESIDENTE
 SABESP - CIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A


 MARCO ANTONIO SOUZA DE OLIVEIRA
 Diretor Financeiro


 SLW - CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

Testemunhas:

1) 
 Nome: Zélia Maria Forti
 R.G. : 985.001.478-49

2) 
 Nome: Jurandi Amaral Barreto
 R.G. : 11.535.904